

# Congresso termina votação do ajuste

EUGÉNIA LOPES

**BRASÍLIA** – O Congresso Nacional votou a maioria das medidas do ajuste fiscal durante a convocação extraordinária dos parlamentares em janeiro. As votações feitas neste período representam uma economia de cerca de R\$ 13 bilhões ao ano. Das medidas previstas no ajuste, apenas a nova alíquota de 0,38% da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) ficou para ser votada pela Câmara dos Deputados até meados de março. Com a nova alíquota o governo espera arrecadar R\$ 15 bilhões em 12 meses.

“A convocação foi correta e absolutamente essencial. Votamos todas as matérias”, disse ontem o líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP). A economia nos gastos do governo federal este ano virá basicamente de dois projetos aprovados em janeiro: o que criou contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas da União e aumento a contribuição dos servidores públicos federais e o novo Orçamento da União, com cortes de R\$ 8,7 bilhões. Com a taxação dos inativos, que entra em vigor a partir de maio, o governo espera arrecadar R\$ 4,3 bilhões em um ano e diminuir o déficit de R\$ 18 bilhões da previdência pública.

Os deputados e senadores que tomam posse na próxima segunda-feira voltam a trabalhar somente após o Carnaval. Mas, para apressar a tramitação da emenda constitucio-

nal da CPMF, a Câmara vai funcionar com sessões ordinárias, onde não há votações, mantendo o quórum mínimo de 51 deputados. Desse forma, os líderes dos partidos governistas esperar concluir a votação da contribuição até meados de março. “O novo Congresso já assume com a missão ligada ao ajuste que é votar a CPMF”, afirmou Madeira.

Na última semana de trabalho do Congresso, a Câmara aprovou projetos importantes que darão instrumentos para os estados e municípios reduzirem seus gastos com pessoal. Os projeto regulamentam a reforma administrativa, promulgada em maio do ano passado, e permitem a demissão de servidores públicos. Hoje, 17 estados gastam mais de 60% de suas receitas com o pagamento de pessoal, o que acaba inviabilizando investimentos nas áreas de infra-estrutura, saúde e educação. “A Câmara votou tudo”, comemorou ontem o presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP).

Os deputados e senadores também aprovaram esta semana decreto legislativo que congela seus salários em R\$ 8.000,00 mensais até que o teto salarial para o funcionalismo público seja definido em lei. Pela convocação extraordinária de janeiro, cada um dos 513 deputados e 81 senadores recebeu R\$ 16.000,00 de ajuda de custo para trabalhar 25 dias. Mas nas duas primeiras semanas de fevereiro, quando o Congresso normalmente fica de recesso, os parlamentares vão trabalhar sem receber nenhuma ajuda de custo.